



<i>PARECER Nº 0119/2013 - MPC-RR</i>	
PROCESSO Nº.	CPP 1130/2011
ASSUNTO	Registro de Atos de Admissão da servidora <b>Paulina Alves da Costa</b>
ÓRGÃO	Prefeitura Municipal de Boa Vista
RESPONSÁVEL	<b>Barac Bento</b>
RELATOR	<b>Conselheira Cilene Lago Salomão</b>

*EMENTA - REGISTRO DE ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL. A APRECIÇÃO É PELO SEU REGISTRO. INTELIGÊNCIA DO ART. 42, INCISO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 006/94 – TCE/RR,C/C ART. 114 DO REGIME INTERNO TCE/RR.*

## **I – RELATÓRIO**

Cuidam os autos em apreço, sobre a apreciação e exame da legalidade para fins de registro de admissão de pessoal da servidora **Paulina Alves da Costa**, Trabalhador, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Boa Vista, que fora beneficiada pelo art. 19 do ADCT – CF/88, acostado às fls. 105/107, (**Relatório de Inspeção em Atos de Pessoal Nº 022/2013-DEFAP**).

Os principais documentos que instruem o presente feito são os que seguem indicados por intermédio do Ofício nº 401/11 – SMAG, de 14/10/2011 (fl.002); Relatório de Inspeção em Atos de Pessoal Nº 022/2013-DEFAP (fls. 105/107) e Parecer Conclusivo Nº 040/2013 – DIFIP (fls. 109/110).

encaminhamento ao MPC (fl. 111).



É o breve relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

O inciso III do art. 71 da Constituição reza que compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.

A Equipe Técnica, após desenvolver suas atividades *“in loco”*, analisando a documentação apresentada pelo Responsável e demais informações contidas nos autos, opinou, através do Relatório de Inspeção em Atos de Pessoal N° 022/2013-DEFAP (fls. 105/107), da seguinte maneira, *“in verbis”*:

### **“4. DA CONCLUSÃO**

*Diante do exposto, sugere-se que sejam concedidos os Registros dos Atos de admissão da servidora Paulina Alves da Costa, na Função de Trabalhador da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR.”*

A Diretoria-Geral da DIFIP, em seu Parecer Conclusivo N° 040/2013 – DIFIP (fls. 109/110), ao proferir sua conclusão, manteve o mesmo posicionamento da Equipe Técnica de Auditoria, opinando da seguinte forma, *“in verbis”*:

### **“IV. DA CONCLUSÃO**

*Ex Positis, manifesto meu entendimento em consonância com o corpo técnico deste e. Tribunal, a saber:*

1. *pela legalidade do ato admissional da servidora **Paulina Alves da Costa**, e por conseguinte seu registro, com fulcro no art. 42, inciso I da Lei*



*Complementar n° 006/94 – TCE/RR, c/c art. 114 do Regimento Interno TCE/RR; e*

- 2. pela autorização ao órgão responsável para realizar a devida averbação na ficha funcional da interessada.”*

A norma do art. 19 do ADCT, foi criada para equilibrar possíveis conflitos decorrentes de questões eminentemente sociais ligadas ao trabalho, vez que dispõe que os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição de 1988 (por concurso público), são considerados estáveis no serviço público.

Em continuidade, delimita que o tempo de serviço dos servidores detentores de tal estabilidade será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação (art. 19, § 1º, ADCT), o que não foi estendido aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão, nem aos que a lei declare de livre exoneração, cujo tempo de serviço não será computado para os fins deste artigo, exceto se se tratar de servidor, nem aos professores de nível superior, nos termos da lei.

Por todo o exposto, da análise da “conclusão” apontada no Parecer Conclusivo supracitado, não há dúvida quanto à presença dos requisitos necessários para seu registro, merecendo ser aceito nos anais da administração o registro do ato de admissão da servidora, visto que ao mesma teria cumprido os pré-requisitos para investidura no serviço público.

### III – CONCLUSÃO

*EX POSITIS*, pelas razões de fato e de direito acima apresentadas, este *Parquet* de Contas emite o Parecer pelo registro dos atos de admissão da servidora **Paulina Alves da Costa**, na Função de Trabalhador da Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, beneficiada pelo art. 19 do ADCT – CF/88 e por conseguinte seu registro, com fulcro no art. 42, inciso I da Lei Complementar n° 006/94 – TCE/RR, c/c art. 114 do Regimento Interno



**MPC** | Ministério Público  
de Contas

MPC  
PROC. 1130/2011  
FL. \_\_\_\_\_

TCE/RR, bem como pela autorização ao Órgão responsável visando a devida averbação na ficha funcional da interessada.

É o parecer.

Boa Vista-RR, 12 de abril de 2013.

**Diogo Novaes Fortes**

Procurador de Contas